

GT 41: Transformações sociais e projetos políticos em concorrência: reflexões a partir do rural

Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos políticos no Brasil Meridional

Everton Lazzaretti Picolotto¹

Introdução

Nas últimas duas décadas tem virando lugar comum afirmar, no âmbito das Ciências Sociais, que o “agricultor familiar” é um sujeito social importante do tempo presente (Lamarche, 1993; Wanderley, 2000) e que emergiu com identidade política própria (Medeiros, 2001; Martins, 2003). A literatura afirma ainda que foi o formato de agricultura centrado em unidades familiares de produção que garantiu a grande prosperidade na produção de alimentos e fibras no período posterior a Segunda Guerra Mundial na Europa (Abramovay, 1998). Agências governamentais destacam que a agricultura familiar é responsável por cerca de 33% da participação das cadeias produtivas do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (NEAD/MDA; FIPE/USP, 2004). Organizações de representação de agricultores afirmam que a “agricultura familiar” está se consolidando como modelo de agricultura e que é a grande responsável pela produção de alimentos para o mercado interno brasileiro (FETRAF, 2007; CONTAG, 2009).

Desde meados da década de 1990 foram criadas políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares (como o PRONAF, em 1996); secretarias de governo orientadas exclusivamente para trabalhar com a categoria (como a Secretaria da Agricultura Familiar no governo federal); promulgou-se a Lei da Agricultura Familiar (Lei Nº 11.326, de 2006) reconhecendo oficialmente a “agricultura familiar” como categoria produtiva e como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade

¹ Sociólogo, Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Bolsista da FAPERJ. E-mail: evpicolotto@yahoo.com.br.

política de “agricultor familiar” (como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF).

O reconhecimento dessa categoria tem se dado de duas formas principais, distintas mas complementares entre si. A primeira diz respeito ao aumento da importância política dos atores que se constituíram como seus representantes (com a formação da FETRAF em âmbito nacional em 2005 e a reordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que, a partir de meados dos anos 1990, passou a fazer uso da categoria “agricultor familiar”). A outra advém do trabalho de reversão das valorações negativas que lhes eram atribuídas, tais como: “atrasada”, “ineficiente” e “inadequada”. Por meio de uma luta simbólica, a agricultura familiar passou a ser associada com adjetivos positivos, tais como: “moderna”, “eficiente”, “produtora de alimentos para a Nação”, “limpa”, “sustentável” e “solidária”. Tais reversões de valores estão intimamente ligadas à emergência dos agricultores familiares com identidade política própria na sociedade brasileira contemporânea.

Neste artigo busca-se investigar como “se fez” a categoria dos agricultores familiares como sujeito político, tomando o caso do estado do Rio Grande do Sul como unidade empírica.

Agricultor de base familiar um sujeito invisível na história

O reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos sociais, econômicos e políticos na sociedade brasileira é apontado como recente pela literatura acadêmica. Porém, a luta destes agricultores é longa e apresenta vários capítulos, pouco conhecidos. O reconhecimento, nesse caso, não deve ser entendido como meramente jurídico, pautado em leis, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais do campo inferiorizadas historicamente e em luta por fazer-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado. Segundo Honneth (2003) as lutas por reconhecimento

são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades (2003, p.156).

Juntamente com a afirmação política de um grupo social, por meio da afirmação de atores políticos e do reconhecimento destes pelo Estado e por outros atores, deve-se dar a devida atenção à “gramática moral dos conflitos sociais” (Honneth, 2003), pois, além das situações de carências materiais e políticas que podem motivar ações coletivas,

também existem as situações de “injustiça” e “desrespeito” social que, quando percebidas intersubjetivamente como típicos de um grupo inteiro, podem se tornar base motivacional para resistências ou para ações que possam buscar a reversão de condição de inferioridade social. Da mesma forma, no decorrer dos processos de luta, os indivíduos ou grupos sociais podem se descobrir como injustiçados e desrespeitados gerando situações de “indignação moral” que pode contribuir para explicar a revolta (Moore Jr., 1987).

A busca de explicações sobre os processos sócio-políticos que possibilitaram a emergência do agricultor familiar como sujeito político na atualidade requer a problematização da história dos grupos sociais que o precederam. Ou melhor seria dizer, uma releitura da história dos grupos sociais que deram origem a este novo personagem político, que possibilitaram o seu “fazer-se”. Uma releitura sobre esta história requer um repensar as origens sócio-políticas dos grupos, de forma a mostrar sua presença onde era apontada a ausência, que rompa com interpretações históricas correntes que os condenam a invisibilidade. Como sugere Bourdieu: “O difícil em sociologia é conseguir pensar de modo completamente assombroso, desconcertado, coisas que acreditávamos havia muito tempo” (2004, p.192-193).

Nesse sentido, o pressuposto é o de que o reconhecimento alcançado pelos agricultores familiares não se deu somente no período recente, mas foi sendo construído na trajetória de formação da categoria no Brasil, tendo se tornado mais evidente no período recente com a emergência da identidade política de “agricultor familiar” e o projeto a ela associado.

Uma categoria teórica que pode auxiliar este repensar sobre como se chegou ao reconhecimento dos agricultores familiares no período recente é a noção de “experiência” (Thompson, 1981; 1987), caminho metodológico adotado por Thompson para fazer a ligação entre o ser e a consciência, a transmutação da estrutura em processo. Segundo o autor, as categorias sociais se constituem a partir da experiência concreta de sua produção enquanto agente:

As pessoas experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras (“relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p.182) (grifos do autor).

O uso desta noção sugere que se parta de uma situação concreta (a existência de direitos, leis, organizações e reconhecimento público dos agricultores familiares) para investigar sua trajetória passada, o seu "fazer-se", permitindo supor que essa situação concreta é fruto das lutas políticas travadas por indivíduos e atores sociais (organizações de agricultores e seus oponentes). Também deve-se ter em mente que construir uma narrativa, como aponta Thompson (1987), é uma tentativa de dar uma lógica *a posteriori* a um vasto conjunto de eventos que, no seu acontecer, não contém essa lógica em si: em cada momento do “acontecer social” está em jogo uma disputa entre um conjunto de forças sociais cujo resultado não está dado *a priori*, mas que é comumente lido a partir dos seus resultados.

Tendo-se em mente tal complexidade, busca-se perceber as tensões inerentes a esse processo, visto que, normalmente, ao se resgatar a história de um grupo social, "apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos" (Thompson, 1987, p.13). Dessa forma, a “experiência” de um grupo social deve ser entendida como o conjunto de vivências históricas anteriores e suas heranças culturais, que com suas rupturas e continuidades, fornecem sentidos e identidades (inscritas em tradições, costumes, valores e ideais) aos indivíduos ou aos grupos, que iluminam as suas ações, permitem o pensar sobre si mesmos e o “fazer-se” enquanto um grupo social particular, sempre em relação a outros grupos.

A agricultura de base familiar² na história brasileira sempre foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma função subsidiária à grande exploração agropecuária. Esta última foi considerada, ao longo do tempo, como a única capaz de garantir divisas para o País através da exportação de produtos agrícolas de interesse internacional. Nessa condição de subsidiária à grande exploração, à exploração familiar couberam funções consideradas de importância secundária, tais como: a produção de alimentos para os trabalhadores das fazendas de exportação, para os patrões das fazendas e para os habitantes das cidades, além de servir como força de trabalho acessória quando a grande exploração necessitasse (Zarth, 1997; Wanderley, 2000; Martins, 2003). Brumer *et al* (1993, p.180) resumem essa condição afirmando que a agricultura de base familiar

² Neste trabalho utiliza-se os termos “agricultura de base familiar” ou “agricultores de base familiar” como genéricos de situações de trabalho na agropecuária que estejam centradas na reprodução da família, conforme a definição clássica de Chayanov (1974) e Tepicht (1973). Já o termo “agricultor familiar” é usado associado à identidade política construída pelas organizações de agricultores.

“nasceu no Brasil sob o *signo da precariedade*, precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra” (grifo nosso, ELP). Precariedade que se revestiu também no “caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção” (id.) e da sua pobreza generalizada.

Mesmo que as formas de precariedade tenham sido diferenciadas nas diversas regiões brasileiras, os agricultores de base familiar para continuarem persistindo precisaram, de uma maneira ou de outra, abrir caminho entre as dificuldades que encontravam:

submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente. São igualmente fonte de precariedade: a instabilidade gerada pela alternância entre anos bons e secos no sertão nordestino; os efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul (Wanderley, 1996, p.9).

Essa situação de precariedade, na maioria das vezes, limitou a constituição de uma categoria de agricultores centrados no trabalho familiar que pudesse fazer um contrapeso socioeconômico e político aos grandes proprietários. Nesse sentido, além dos agricultores de base familiar terem sido desprivilegiados no que concerne ao acesso à terra, ao crédito público e às técnicas modernas, também tiveram, na maioria das vezes, grandes dificuldades para construir forças políticas autônomas frente aos grandes proprietários.

A literatura sociológica brasileira afirma que somente a partir dos anos de 1940 iniciaram-se as primeiras experiências de organização sócio-política que ultrapassaram o nível local, que alcançaram abrangência nacional e que possibilitaram a sua entrada no cenário político através da construção de pautas de luta, da mobilização de identidades políticas e da formação de organizações de representação. Os grupos que se mobilizaram nesse período foram grupos particulares de agricultores, principalmente os que tinham uma relação “instável” com a terra, como os posseiros, os parceiros, os foreiros, os arrendatários, etc. Das experiências de lutas destes grupos foram construídas as pautas de luta por reforma agrária e por direitos trabalhistas³ e ocorreram processos de formação das identidades políticas de “trabalhador agrícola”, “lavrador”, “camponês” e “agricultor sem terra”. Com a união de várias experiências de lutas e com atuação de mediadores, foram constituídas estas identidades mais gerais e foram formados alguns atores políticos

³ O centro das lutas nesse período girava em torno do tema fundiário, entretanto, também apareciam outros temas, tais como: educação, saúde, produção, etc.

que se constituíram como seus representantes, tais como: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) fundada em 1954, as Ligas Camponesas organizadas desde 1955 principalmente no Nordeste, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) fundado em 1960 no Rio Grande do Sul, o sindicalismo cristão articulado pela Igreja Católica em várias regiões do País e a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963. Os principais mediadores que atuaram na formação destas identidades, pautas e atores foram a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse processo, a identidade política de “camponês” foi construída em boa parte do Brasil como uma síntese da diversidade de situações de trabalho no campo, como agregadora das pautas e das lutas que foram empreendidas. De outro lado, se constituiu também uma categoria política oposta no campo político, a dos “latifundiários” (Martins, 1986; Medeiros, 1989, 1995; Novaes, 1997; Coletti, 1998; Ricci, 1999).

Mesmo que com essa literatura se consiga produzir boas leituras sobre essas experiências principais de formação de identidade, pautas e das organizações de representação, ela não consegue dar conta de toda a complexidade dos fenômenos sociopolíticos que deram origem às primeiras experiências organizativas no campo brasileiro. Por um lado, porque estes autores centraram seus trabalhos sobre as experiências de organização que mais se destacaram politicamente no período, ou seja, das formas de organização construídas por grupos específicos de agricultores e assalariados agrícolas (principalmente, os que viviam em situações mais “instáveis” com a terra, como os posseiros, os parceiros, os foreiros, os arrendatários, assalariados, etc.), não contemplando a diversidade de situações de trabalho no campo. Outros grupos de agricultores de base familiar que possuíam relações pouco mais “estáveis” com a terra, por possuírem pequenas propriedades, também formaram organizações com fins de representação política nesse período e mesmo antes, como é o caso dos “colonos” (imigrantes de origem européia) no Rio Grande do Sul que formaram organizações de representação de nível estadual (com ações também nos estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná) ainda no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (Monserrat, 1988; Schallenberger, 2007). Nesse sentido, essa literatura sociológica pouco diz sobre as primeiras experiências de organização sociopolítica dos agricultores de base familiar que construíram organizações de representação e ensaiaram projetos de agricultura relativamente autônomos aos grandes proprietários.

De outro lado, como estes trabalhos acadêmicos tiveram foco central nas pautas e ações apresentadas pelos atores que mais se destacaram no cenário político do período, enfatizaram as pautas de luta por reforma agrária e por direitos trabalhistas como as pautas que congregaram as lutas de praticamente todos os agricultores e assalariados agrícolas do País. É bem provável que estas pautas não tenham motivado diretamente os agricultores com terra (pequenos proprietários), a não ser para prestar solidariedade aos que não a possuíam. Como derivação dessas leituras, as experiências de organização que não se filiaram diretamente a estas pautas foram subestimadas ou desconsideradas completamente pelos pesquisadores sociais ou ainda foram taxadas de “conservadoras” por terem relações com igrejas ou com o Estado e, em função disso, consideradas de menor importância.

Particularidades dos “colonos” no Brasil Meridional

O estado do Rio Grande do Sul (RS) é um dos casos em que, desde o final do século XIX, foram criadas organizações com intuito de representar os interesses de segmentos de “colonos” de origem européia e promover o aprimoramento das colônias agrícolas centradas em pequenas propriedades. A experiência pioneira de organização se deu em 1899, com a fundação da Associação Riograndense de Agricultores por colonos de origem alemã, com objetivo de fomentar entre os agricultores formas de aprimoramento socioeconômico e técnico e representar todos os agricultores do estado⁴. Por pressão do governo estadual a Associação foi fracionada e convertida em sindicatos agrícolas em 1909, porém, esse formato de organização tutelada pelo governo não prosperou. Em 1912, os colonos alemães católicos se rearticularam em uma nova organização de âmbito estadual chamada de Sociedade União Popular para os Católicos Teuto-brasileiros e, em 1929, sob a influência dos colonos de origem alemã luteranos foi formada a Liga das Uniões Coloniais do Rio Grande do Sul que viria a se constituir como um sindicato agrícola central de âmbito estadual (Ertzogue, 1992; Schallenberger, 2007). Paralelamente a este conjunto de experiências organizativas fomentadas pelos colonos de origem alemã, também teve destaque a construção de cooperativas entre os colonos de origem italiana na Serra e no Planalto Gaúcho. Em 1911 com o patrocínio do Ministério da Agricultura, da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e do governo do estado

⁴ Vale ressaltar que nesse período os grandes proprietários de terras dedicavam-se a atividade pecuária e não se identificavam como agricultores, mas, sim, como pecuaristas (Pesavento, 1983).

deu-se início à organização de cooperativas entre os colonos produtores de uva, vinho, leite, banha, etc. Mesmo que este movimento inicial de formação de cooperativas tenha fracassado quase que completamente (do ponto de vista econômico), gerou-se uma experiência de associação entre os colonos, experiência de organização para resolver os seus problemas coletivos. Esta experiência cooperativista se recriou alguns anos depois (a partir de 1929), de forma autônoma, entre os colonos de boa parte do estado e se consolidou como uma das principais formas de organização socioeconômica e de manifestação dos interesses dos colonos no RS (Pesavento, 1983; Monserrat, 1988).

Estas organizações se construíram com objetivo de desenvolver a agricultura colonial⁵ e representar os interesses dos colonos perante o Estado, ao passo, que também procuraram se diferenciar de outros sujeitos sociais, tais como: os pecuaristas, grandes proprietários rurais e os “caboclos”. Nesse sentido, deram início a um processo de mobilização da identidade de “colono”, diferenciando-se da categoria dos “pecuaristas” (que haviam construído a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul – FARSUL, como órgão de classe) e da categoria dos “caboclos” ou “nacionais”, atribuída aos descendentes de escravos, índios e brancos miscigenados. Vale ressaltar que a FARSUL, como organização da “classe rural”, de características patronais, nesse período procurou representar todos os setores da agropecuária gaúcha, tendo esbarrado nas organizações de colonos que procuraram manter autonomia em relação a esta organização, o que não quer dizer que a FARSUL não tenha passado a ser uma opção de representação para muitos colonos (particularmente os de maior sucesso econômico).

A identidade de “colono” no RS, quando comparada com a maioria dos agricultores de base familiar de outras regiões do Brasil⁶ ou com os “caboclos” do RS, foi construída em sentido mais positivo. Os imigrantes europeus foram aliciados pelas autoridades brasileiras ou por empresas particulares que agiam em seu nome para atravessarem o oceano Atlântico e vieram “fazer a América”, para serem os agricultores do estado, para tornar o RS o “celeiro do País”. Para cumprir este projeto de formação de

⁵ Agricultura colonial se refere à agricultura praticada pelos colonos.

⁶ Segundo apontado por Martins (1986) foram usadas diferentes denominações para este segmento social, todas pejorativas e que visavam determinar o seu *lugar social*, tais como: *caipira*, palavra de origem indígena usada para denominar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul. No litoral paulista este mesmo trabalhador é denominado de *caičara*. No Nordeste é chamado de *tabaréu*. Noutras partes é conhecido como *caboclo*, com diferentes sentidos em diferentes regiões e tempos históricos, porém, em todas elas com sentido pejorativo. Além dessas denominações ainda existem outras, tais como: “sitiante” e “foreiro” no Nordeste, “seringueiro” no Norte, “posteiro” e “mateiro” no Sul, entre outras.

agricultores, estes imigrantes, no geral, receberam lotes de terras (normalmente de 25 hectares por família), ajuda de custo (com prazo de 5 anos para saldar o adiantamento) e uma infra-estrutura básica (estradas) para a instalação das colônias agrícolas fundadas em áreas de matas públicas do estado. Os colonos foram considerados mais afeitos ao trabalho, às modernas técnicas de produção e à poupança do que os caboclos. Nesse sentido, os colonos tiveram algumas vantagens relativas para prosperarem social e economicamente perante outros grupos, como os caboclos. Enquanto os colonos foram desejados pelas autoridades, lhes foi planejado um lugar social e uma “missão histórica”, os caboclos foram preteridos (Roche, 1969; Zarth, 1997; Both da Silva, 2004).

Mesmo que algumas das organizações de colonos citadas tenham deixado de existir ou se transformado no período posterior aos anos de 1940 (durante a Segunda Guerra Mundial as organizações consideradas de estrangeiros foram desarticuladas e perseguidas pelas autoridades brasileiras), a identidade de colono continuou a ser usada como linguagem social e política. Usada no âmbito da auto-referência entre os imigrantes e na identificação da coletividade dos imigrantes agricultores que continuaram se identificando e sendo identificados como “colonos”. “Colono” era usado também no sentido de morador das colônias, que trabalhava na agricultura, vivia dela, em oposição aos trabalhadores e/ou moradores das cidades. Dessa forma, seja nas cooperativas agrícolas, seja nas associações civis ou nas comunidades religiosas das colônias, a identificação do colono, como sinônimo de pequeno agricultor autônomo de ascendência européia (alemã ou italiana) continuou corrente.

A rearticulação dos colonos em nova estrutura organizativa de nível estadual somente se efetivou no princípio dos anos 60, quando um novo ator entra em campo na organização dos “agricultores sem terra” no estado. O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) inicia sua estruturação em 1960, a partir de conflitos de posseiros em luta para permanecer na terra e logo se expande também para áreas de colonos do norte do RS, como na formação de um grande acampamento no município de Sarandi em 1962. Essas ações do MASTER logo foram seguidas de um novo ciclo de (re)organização política dos colonos motivada pela Igreja Católica e apoiada pela Luterana. Em 1961 foi criada a Frente Agrária Gaúcha (FAG) que, fazendo uso da estrutura e da legitimidade destas igrejas e das experiências anteriores de organização sócio-política dos colonos, rapidamente se estruturou em seções municipais em boa parte do estado, contando principalmente com os colonos (e assalariados em alguns locais).

Enquanto o MASTER procurou construir uma identificação política dos posseiros, arrendatários, assalariados e colonos sem terra (ou com pouca terra) com a luta por terra ou por reforma agrária (para isso recebeu apoio do PTB, do governo Brizola e, em certa medida também do PCB) (Eckert, 1984), a FAG procurou mobilizar principalmente os colonos, pequenos proprietários, visando desenvolver um sindicalismo cristão que defendesse os “seus” interesses genuínos e os afastasse das “ideologias estranhas” (comunismo) ao meio rural (FAG, 1977). O sindicalismo organizado pela FAG deu origem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (FETAG-RS), fundada em 1963 e reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 1965.

As organizações patronais representadas principalmente pela FARSUL em nível estadual e pela Confederação Rural Brasileira (formada em 1954) em nível nacional também disputavam a representação dos colonos e de outros segmentos de agricultores de base familiar. Nessa conjuntura do início dos anos 60 de “crescimento das organizações no campo, tudo indica que a linha de ação patronal foi, num primeiro momento, de não reconhecimento e de repressão” às organizações de trabalhadores (Medeiros 1995, p.224). Entretanto, na medida em que a organização dos trabalhadores “apresentava irreversibilidade e se institucionalizava com o reconhecimento legal, as entidades patronais passaram à disputa pelo controle de organizações emergentes, apoiando algumas iniciativas da Igreja Católica de criação de sindicatos e federações” (id.), como forma de evitar o aumento de influência dos comunistas.

Na estrutura sindical organizada inicialmente pela FAG e, logo em seguida, assumida pela FETAG, ganharam relevância política os colonos (mesmo que essa identidade tenha passado a ser substituída por outros termos, usuais no âmbito sindical do período, tais como: “pequeno proprietário” e “trabalhador rural”⁷), tendo em vista que os assalariados, posseiros e arrendatários não foram o alvo principal de organização deste atores (Maduro, 1990).

O processo de construção de identidade política dos colonos no RS aparenta diferenciar-se substancialmente de outros processos de construção de identidade política de agricultores ou trabalhadores rurais no Brasil. Um caso interessante para se comparar os processos de formação de identidade política de colono no RS é o de construção da identidade de camponês do estado da Paraíba. No caso da Paraíba, onde as Ligas

⁷ Enquanto na maior parte do País os atores políticos construíram a identidade de “camponês”, no RS o que predominou foi o uso das identidades de “colono”, “pequeno proprietário” e “agricultor sem terra”.

Camponesas tiveram forte expressão, Novaes (1997) aponta que somente a partir da década de 1940 com a criação de associações de “lavradores” e “trabalhadores agrícolas” que dariam origem às Ligas é que se construiu a identidade política de “camponês”. Somente após a construção destas organizações e identidade política é que os camponeses romperam com o seu próprio passado de “sujeição”, “perderam o medo” do patrão e/ou dos coronéis locais e entraram no cenário político. Nesse processo de criação de associações, ligas e mesmo a identidade política de camponês, tiveram papel fundamental a mediação do PCB, de igrejas protestantes e da Igreja Católica. Na Paraíba para que os agricultores e trabalhadores agrícolas entrassem na cena política e constituíssem uma identidade política que agregasse segmentos variados do campo (morador de condição, foreiros, assalariado, lavradores, etc.) em torno das bandeiras do fim do “cambão”, dos direitos trabalhistas e da reforma agrária foi necessária a intervenção de mediadores externos. No RS a identidade social de colono já existia (ela foi criada com a imigração e implantação de colônias), os colonos eram identificados pelo Estado e por outros segmentos sociais e se identificavam como “colonos”, identificação que faz supor, em tese, que houve menor dificuldade para formar organizações políticas deste segmento.⁸ Com a formação de organizações de representação a identidade de “colono” também passou a ser usada em sentido político, objetivando congregar os interesses dos colonos do estado e desenvolver um formato de agricultura relativamente autônomo às grandes explorações agropecuárias.

Existem outras diferenças entre o processo de emergência dos colonos do RS como atores políticos e o caso paraibano. Novaes aponta que

a matéria prima para a construção da identidade política camponesa não foi buscada apenas nas semelhanças ou homogeneidades de relações de trabalho ou de situação de trabalho em relação à terra. Neste nível esta identidade engloba a diferença, comporta a inclusão de diferentes categorias de trabalhadores do campo. Também não podemos dizer que a matéria prima para a construção dessa identidade possa ser encontrada nos valores culturais pré-existentes, pois não se trata de buscar uma “comunidade de valores” partilhada e prévia, pronta para fazer manifestar o *ethos* camponês. Tal como pudemos observar, não havia um ponto de partida unificador, a identidade se construiu num processo, se construiu a partir de relações entre categorias sociais (1997, p.54-55).

Os colonos do RS ao contrário, desde sua chegada ao Brasil foram instalados, na maioria das vezes, em colônias agrícolas relativamente homogêneas em matéria de origem étnica, gerando assim, comunidades que compartilhavam certos valores. O

⁸ Essa maior facilidade se evidencia com o pioneirismo dos colonos na formação de organizações políticas de âmbito estadual ainda no final do século XIX e início do XX

despontar de sua ação política não se deu para livrarem-se de condições de exploração e violência dos patrões ou coronéis locais, mas por diferentes motivos que foram desde busca de soluções ao desenvolvimento das colônias e organizar uma representação política dos colonos (como nos casos da Associação Riograndense de Agricultores e da Liga das Uniões Coloniais), até intenções de maior domínio sobre o processo produtivo frente os comerciantes e industriais (como no caso das cooperativas de vinho, leite e banha). Ou seja, ao contrário da Paraíba e, por que não dizer, de boa parte do Brasil, a constituição das primeiras organizações com vistas a representação política de agricultores de base familiar no RS se deu para representar uma categoria de agricultores já existentes: os colonos. Na Paraíba (e em boa parte do Brasil), a construção de organizações políticas precisou construir uma nova categoria de identificação (camponês), que articulava segmentos sociais diferenciados do campo, para poder constituir organizações de representação política.

Essas diferenças do caso do RS provavelmente tenham facilitado a rápida articulação da FAG no princípio dos anos 60. Entretanto, essas diferenças não podem explicar o surgimento do MASTER, tendo em vista que este não teve por base privilegiada os colonos, mas sim, posseiros, assalariados, arrendatários e também colonos sem terra (Eckert, 1984). O MASTER desde seu surgimento procurou constituir uma nova categoria de identificação para a sua ação política: os “agricultores sem terra”, por tratar a luta por reforma agrária como central (tendo feito uso também da categoria “camponês” e “pequenos e médios proprietários” quando visou organizar sindicatos entre agricultores “com terra”). Na categoria “agricultor sem terra”, podiam se identificar vários segmentos do campo que estivessem dispostos a reivindicar terra. Assim, construiu-se uma nova categoria de identificação com recorte político, os indivíduos que desejavam lutar por terra, independentemente de sua origem socioeconômica.⁹

Tendo-se em mente tais diferenças se pode melhor compreender por que, enquanto organizações como a ULTAB, as Ligas Camponesas, o MASTER e alguns sindicatos católicos do Nordeste tomaram a luta por reforma agrária como central nos anos 50 e 60, a FAG não deu grande importância para esta questão. Ela preferiu centrar seus esforços na constituição de sindicatos de pequenos proprietários (colonos) e

⁹ Para Colognese (1991), em regiões de forte presença de “colonos” e “caboclos”, como na de Santa Rosa, a organização de “associações de agricultores sem terras” teve maior sucesso entre os “caboclos” ao passo que entre os “colonos” foi bastante dificultada pela forte disputa que se deflagrou com as organizações comunitárias católicas existentes e com as ações da FAG para construção de sindicatos cristãos.

apresentar propostas de aprimoramento (educação, assistência técnica, etc.) do “homem do campo” (Bassani, 2009). Vinha de encontro a essa postura da FAG o fato de sua base, os “colonos”, em sua maioria, terem terra e os que não tinham poderiam repetir a “saga” dos seus antepassados emigrando para outras áreas de matas para fundar novas colônias, como o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná (como os colonos eram considerados “bons” agricultores eram desejados pelos governos dos estados vizinhos).

Com o advento do regime militar os atores sociais críticos da estrutura agrária ou da ordem política foram reprimidos, desmobilizados ou passaram por processo de intervenção. No entanto, esse não foi o fim da CONTAG, das suas federações estaduais e dos sindicatos municipais. Como destaca Medeiros:

Como vários sindicatos oriundos da ação da Igreja Católica haviam sido relativamente poupados do processo de intervenção [...], foi possível reconstituir, a partir dessa matriz, uma rede sindical, que se consolidou no final dos anos 60 e durante os anos 70, em grande medida a partir da ação da Contag. Nesse período, o principal investimento desta entidade foi no sentido de articular um conjunto de sindicatos, então dispersos e atomizados, através de concepções comuns, cuja matriz era a demanda por direitos trabalhistas e por reforma agrária, previstos através da legislação (Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e Estatuto da Terra de 1964), mas não efetivados no cotidiano dos trabalhadores (2001, p.104).

Nessa conjuntura, as pautas dos agricultores e trabalhadores assalariados e a ação sindical como um todo precisaram se dar estritamente dentro dos marcos da legislação. No caso da FETAG-RS, identificada com a Igreja, a ação sindical no período do regime militar se deu basicamente no encaminhamento das reivindicações e dos direitos dos agricultores no que tange aos serviços de saúde, previdência, assistência social e técnica e no apoio as políticas de modernização da agricultura colonial promovida pelo Estado desde os anos 60. Mesmo que nas Cartas de Reivindicações construídas nos Congressos Estaduais¹⁰ possam ser encontradas várias reivindicações do sindicalismo e, até mesmo algumas críticas às políticas do Estado, em nível geral, segundo Maduro (1990), houve uma certa proximidade entre a direção da FETAG e os governos militares. Proximidade que além de ter possibilitado a manutenção da sua estrutura sindical nos momentos de perseguição aos sindicatos considerados “subversivos”, fez com que o sistema sindical da FETAG-RS chegasse a quase todos os municípios do RS e criasse legitimidade social, apoiando-se principalmente na oferta de serviços previdenciários, de saúde e de assistência técnica (financiados pelo Estado) para os agricultores e trabalhadores assalariados, que normalmente tinham carência desses serviços; atuasse no

¹⁰ Foram realizados sete Congressos Estaduais dos Trabalhadores Rurais entre 1962 e 1976.

encaminhamento de reivindicações de direitos dos agricultores e na oferta de cursos de formação sobre técnicas agrícolas, cuidado do lar e para lideranças sindicais.

Além dos sindicatos ligados à FETAG/FAG terem se constituído como órgãos que passaram a possibilitar acesso a serviços assistenciais e no encaminhamento de reivindicações diversas dos agricultores, passaram a ser também agentes importantes no apoio às mudanças de cunho modernizante na agricultura praticada pelos colonos, considerada “tradicional” e pouco eficiente. Autores como Brum (1988), Menasche (1996) e Schmitt (2001), entre outros, destacam a participação dos sindicatos juntamente com a Igreja, as cooperativas e os órgãos do Estado (como a EMATER, as instituições de pesquisa e as prefeituras) na promoção de mudanças nas formas tradicionais de produzir através de uso de maquinaria, insumos químicos, sementes híbridas, etc. e na introdução de novas culturas agrícolas, tais como: a soja no Planalto e a maçã na Serra, entre outras.

A modernização da agricultura nas regiões das colônias causou fortes rupturas nas formas tradicionais de produção, nos cultivos agrícolas, nos aspectos sócio-culturais das comunidades rurais¹¹ e até mesmo nos projetos de agricultura que as organizações de representação almejavam alcançar. Como destaca Schmitt (2001), tendo em vista o amplo apoio que receberam as idéias de modernização da agricultura nesse período, acabaram transformando-se “em um projeto dos próprios agricultores” (p.258). Projeto que em parte se materializava quando os agricultores, através do estímulo dado pelo Estado, sindicato e pela Igreja, decidiam, muitas vezes, criar cooperativas para operacionalizar tanto a venda de insumos aos associados, quanto a viabilização da comercialização da sua produção. Portanto, as intenções de modernização da agricultura promovidas, inicialmente pelo Estado, passaram, em grande medida, a ser assumidas pelas organizações de representação dos agricultores tornando-se um projeto delas e dos próprios agricultores quando estes passaram a almejar a modernização dos cultivos.¹²

¹¹ Brum destaca as mudanças que a modernização promoveu na atividade do agricultor produtor de soja: “O agricultor (colono), antes arredio em relação à cidade e avesso a dependência em relação ao banco, agora tem necessidade de estar presente com freqüência na cidade e nas agências bancárias. Entra em contato freqüente com muitas pessoas, antes desconhecidas, afim de tratar de diferentes assuntos: pedir financiamentos; assinar contratos; hipotecar a terra (antes nem pensar); conversar com os gerentes ou funcionários dos bancos e empresas comerciais, com revendedores de máquinas e insumos; obter informações de preços; tomar decisões importantes que afetam a vida da família; comprar máquinas, equipamentos, implementos e insumos; participar das reuniões dos núcleos de base, nas reuniões do sindicato, nas assembléias das cooperativas; decidir sobre a entrega do produto na cooperativa ou a melhor oportunidade para a venda da produção. Seus horizontes e suas visões de mundo se alteram” (1988, p.122).

¹² A *Revista Rural O Tatu*, editada em parceria com a FETAG entre 1971 e 1978 dá bons exemplos de como o sindicalismo apoiou e assumiu o projeto de modernização da agricultura colonial gaúcha.

Processo de redemocratização política, crise na agricultura, reestruturação do sindicalismo e emergência de novos atores e identidades

Essa situação de colaboração entre o sindicalismo e os órgãos de Estado sofreu abalos a partir do final dos anos 1970, quando diminuem os recursos para os serviços prestados aos agricultores e as conseqüências da crise econômica do período afetaram fortemente os preços dos produtos agrícolas e a oferta de crédito causando-lhes fortes dificuldades. Nessa situação de crise também surgiram propostas de mediação alternativas e a FETAG passou a rever sua forma de relação com o Estado, vindo a adotar posturas mais críticas.

Um estudo realizado por Menasche (1996) na região Noroeste do RS dá algumas indicações da situação de crise que os agricultores de base familiar viveram nos últimos anos da década de 70 e início dos 80. Segundo Menasche (1996) no final dos anos 70 haviam ocorrido várias “frustrações de safras” de trigo nos anos de 1975, 76, 77 e 79 (considera uma cultura complementar à soja, que era o “carro-chefe”) e de soja nos anos 78 e 79, causando uma situação de enfraquecimento econômico dos agricultores. Então, no ano de 1980, “quando o preço da soja estava alto e a colheita seria boa, o governo estabeleceu um imposto de exportação que ficaria conhecido como ‘confisco da soja’” (id. p.28). Mesmo com o descontentamento geral dos agricultores e da pressão política exercida pelos “interlocutores tradicionais” – como a FARSUL, a Federação das Cooperativas (FECOTRIGO) e as associações de produtores de óleos de soja – o governo permaneceu irredutível. Como resposta a essa situação, foi deflagrado um movimento a partir de uma reunião realizada em Ijuí, em 21 de março de 1980, com 50 dirigentes sindicais. “Aí foi marcado para 31 de março o ‘Dia do Protesto’. As mobilizações chegaram a envolver 700 mil pessoas de cerca de 100 municípios das regiões sojicultoras do Rio Grande do Sul” (Menasche,1996, p.30). Estas mobilizações receberam apoio das autoridades locais e estaduais e obtiveram uma importante vitória política com o recuo do governo e fim do “confisco”. Assim como os produtores de soja, os de outros cultivos e criações também se mobilizaram nesse período. Dentre eles, destacam-se os produtores de uva, fumo, leite, suínos, entre outros. Esse era o início de um período de enfrentamento entre os agricultores e o Estado (FETAG-RS, 2003).

Mesmo diante dessa mudança de postura, surgiram movimentos de questionamento das práticas da FETAG, novas pautas e formas de ação política, além de terem surgido novos atores mobilizadores de novas identidades políticas formadas no

período. Um motivador de críticas foi o setor católico ligado à Teologia da Libertação que nesse período tinha trabalho eclesial espalhado por todo País (no campo formou organizações como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, criada em 1975). Surgiram os “sem terra” e os “atingidos por barragens” reivindicando terras e as “mulheres trabalhadoras rurais” levantando a bandeira do reconhecimento de direitos das mulheres agricultoras. Além destas novas identidades mobilizadoras, também surgiu uma articulação dentro do sindicalismo dos trabalhadores rurais (inicialmente apoiada pelos “sem terra”, “atingidos” e “mulheres agricultoras”) que passou a questionar as práticas da FETAG e disputar a sua estrutura, tendo vindo a formar o setor rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT, fundada em 1983). Nesse processo, foram formados novos atores políticos, tais como: a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), organizada em 1978, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST), fundado em 1984 e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), fundado em 1989.

Com a constituição destes atores também se (re)definiram novos grupos de agricultores, grupos que estavam enfrentando situações específicas (como os “sem terra”, os “atingidos”, etc.) e que podiam ser mobilizadas politicamente. Com isso, estavam sendo definidas as “bases” mobilizáveis de cada ator, o conjunto real ou potencial de agricultores que poderiam fazer parte dos grupos dos sem terra, dos atingidos, dos pequenos produtores, das mulheres agricultoras, etc. e que podiam ser representados pelas organizações. Para Bourdieu (2004), o ato da deflagração do “movimento”, da definição de sua representação e de formação do grupo são “contemporâneos”:

No caso limite dos grupos dominados, o ato de simbolização pelo qual se constitui o porta-voz, a constituição do “movimento”, é contemporâneo à constituição do grupo; o signo faz a coisa significada, o significante identifica-se à coisa significada, que não existiria sem ele, que se reduz a ele. O significante não é apenas aquele que exprime e representa o grupo significado; ele é aquilo que declara que ele existe, que tem o poder de chamar à existência visível, mobilizando-o, ao grupo que ele significa. É o único que, em determinadas condições, usando o poder que lhe confere a delegação, pode mobilizar o grupo; é a manifestação (Bourdieu, 2004, p.192).

Em outras palavras, para Bourdieu (2004, p.189) “é o porta-voz que faz o grupo”, que o torna visível, que constitui o “movimento”, que organiza a representação política e que expressa as demandas do “grupo”. No caso dos agricultores de base familiar do RS, as organizações surgidas no final dos anos 70 deram início a um novo processo de reorganização da representação política, tendo em vista que, ao formarem novas identidades e demandas, passaram a nominar e formar novos “grupos” de agricultores que podiam ser mobilizados para apresentar suas demandas perante o Estado.

Se a organização produz o grupo a ser representado, cabe indagar como se produz a identidade do grupo formado pela organização? Mesmo que a noção de identidade social guarde algumas controvérsias nas ciências sociais (particularmente na antropologia), é aceito, no geral, “a idéia de que a identidade é constituída situacional e contrastivamente, no momento do confronto político” (Chiarini, 1992, p.119) entre grupos sociais.

Para Dubar (2005), a identidade social é produto de uma transação entre duas identidades, a individual e a coletiva: uma transação “*interna*” ao indivíduo e uma “*externa*” estabelecida entre o indivíduo e as instituições com as quais interage. Em outras palavras, para o autor a dualidade contida na identidade pode ser definida entre a “identidade para si” e “identidade para o outro”. Entretanto, estas duas dimensões são fortemente ligadas porque a identidade para si é correlativa do outro, depende da forma como é percebida pelo outro, da forma como é aceita ou recusada. Dessa forma, a identidade social se forma nessa relação entre o que se pensa de si próprio, para o seu grupo e o que os outros atribuem ao indivíduo ou ao grupo.

Nessa perspectiva, os processos de afirmação de identidade não podem se dar sem relações de oposições ou de contrastes entre indivíduos ou grupos sociais. De acordo com Cardoso de Oliveira (1976; 2006), as identidades ao demarcarem as diferenças entre o “nós” e os “outros” com freqüências adquirirão significados “contrastivos”. Contrastes que na identificação de um “nós” em oposição a “outros” tornam possível se delimitar fronteiras de pertencimento e não-pertencimento aos grupos sociais, assim como, características e valores típicos de um grupo, ideologias e formas de se relacionar com outros grupos ou com a sociedade nacional.

A trajetória de construção da identidade de colono (como agricultor) em oposição ao cidadão (do meio urbano) pode ser considerada como um caso de identidade contrastiva, tendo em vista que um se define em relação ao outro, provocando contrastes quanto aos lugares sociais de trabalho, de moradia e de vida. Lugares sociais que definem sujeitos, valores, gostos, formas de sociabilidade, etc. Nessa perspectiva, mesmo que no processo de modernização da agricultura os colonos no RS estiveram no centro dos investimentos do Estado e das organizações de representação para alcançar maior produtividade e eficiência na agropecuária gaúcha, com o advento da crise da modernização da agricultura iniciada no final dos anos 70 os colonos (principalmente os de menor escala de produção) foram suas vítimas e passaram por um processo de

desvalorização social. A crise na agricultura além de ter causado uma certa desvalorização socioeconômica do meio rural (com perda de importância da agropecuária como setor econômico fundamental para a economia brasileira), fez com que o “colono” (que na maioria das vezes enfrentava fortes dificuldades econômicas nesse período) fosse associado com a idéia de um sujeito “atrasado”, “ineficiente”, “obsoleto”, “rude”, “grosso”, etc. O colono constituía-se como uma síntese do meio “rural” em crise, empobrecido, desvalorizado, em contraste com o meio “urbano” onde se encontrava o “moderno”, o “belo”, o “civilizado”, o “refinado”, etc.¹³

Schmitt (1992) ao investigar a formação de um tipo particular de identidade de colono, a de “colonos sem-terra” no RS, propõe a distinção entre os processos de construção de identidades sociais e de identidades políticas. Segundo ela, a *identidade social* deve ser vista como “um processo conflitivo no qual indivíduos/grupos elaboram suas experiências do mundo social” (p.26). Os indivíduos ou grupos estabelecerem entre si trocas materiais e simbólicas, “constroem determinadas representações em relação a si mesmos e à sua relação ao mundo que os cerca, demarcando fronteiras a partir das quais são instituídas formas de ordenação do espaço social” (id.).

Ainda que o processo de constituição de identidades sociais possa ter influências de natureza política, Schmitt (1992, p.26-27) adverte que “é somente quando uma coletividade passa a reconhecer-se como parte de um mesmo *nós*, organizando um conjunto de práticas através das quais seus membros procuram expressar uma vontade coletiva, contrapondo-se aos interesses de outros grupos sociais, que podemos falar na constituição de uma identidade política”. Nesse sentido, a *identidade política* do ator coletivo não existe *a priori*, mas ela vai sendo construída no decorrer do conflito. É na relação com os seus adversários sociais que a coletividade vai forjando os significados por meio dos quais vai reconhecendo-se a si mesma enquanto portadora de determinado interesse comum, nomeia seus opositores e empresta sentido às suas ações.

¹³ Essa situação de contraste entre o cidadão urbano e o “colono” é destacada pela letra da música “O colono” (de Teixeira) de forte apelo emocional que foi bastante usada nos programas radiofônicos dos sindicatos dos trabalhadores rurais para combater os preconceitos em relação aos “colonos” e para afirmar a sua importância e dignidade nos anos 80 e 90. Diz a letra: “*Eu vi um moço bonito numa rua principal/Por ele passou um colono que trajava muito mal/O moço pegou a rir, fez ali um carnaval/Resolvi fazer uns versos pra este fulano de tal.*

Não ri seu moço daquele colono/Agricultor que ali vai passando/Admirado com o movimento/Desconfiado lá vai tropeçando/Ele não veio aqui te pedir nada/São ferramentas que ele anda comprando/Ele é digno de nosso respeito/De sol a sol vive trabalhando/Não toque flauta, não chame de grosso/Prá te alimentar na roça está lutando. [...]” (Teixeira, 1967).

Mesmo que existissem identidades sociais, como a de colono, com que muitos agricultores de base familiar podiam se identificar social e economicamente, a produção das identidades políticas de “sem-terra”, de “atingido”, de “pequeno produtor” e de “mulher agricultora” requereu uma identificação de nova ordem. Uma identificação entre os colonos que estavam enfrentando o problema da falta de novas terras, entre os que estavam sendo atingidos por obras de construção de barragens e perdendo suas terras, entre os pequenos produtores com dificuldades de se manterem na atividade pelos baixos preços dos produtos, entre as mulheres agricultoras que não eram reconhecidas como trabalhadoras. Além disso, não eram só colonos que se mobilizavam, mas também caboclos que estavam sem terra ou sendo atingidos por barragens, trabalhadores assalariados que perdiam emprego, etc. Nesses aspectos, ocorreram processos de construção de novas identificações, de um novo “nós” em sentido político, um novo “nós” que representava todos que estavam dispostos a lutar por terra, por preços de produtos e por reconhecimento. Nesses processos, as “identidades são experiências construídas e transformadas” (Schmitt, 1992, p.20), são construções que permitem identificar os iguais numa mesma luta e os seus adversários. São identidades, que fazem uso das experiências passadas, ressignificadas com as questões do presente e que também podem fazer releituras do passado.

Os colonos que não participaram diretamente da formação de novas organizações por fora do sindicalismo, desde o final dos anos 70 e durante os 80 fortaleceram a identidade política de “pequeno produtor” em oposição à de “grande produtor”. Procuram fortalecer a constituição de um “nós coletivo” de pequeno produtor contrapondo-se aos grandes. Fazendo uso de uma “identidade contrastiva” – como se refere Cardoso de Oliveira (1976; 2006) – passaram a reivindicar o seu reconhecimento e as suas especificidades. Passaram a requerer maior atenção do Estado em matéria de políticas públicas, iniciaram experiências de tecnologias alternativas visando ter maior autonomia produtiva (passando a contrapor as orientações de modernização da agricultura) e deram início a um processo de afirmação da importância socioeconômica da pequena produção na oferta de alimentos para o mercado interno (Graziano da Silva *et al.*, 1978; Menasche, 1996; Medeiros, 2001). Nesse processo, ocorreu um aumento da importância dos pequenos produtores no interior do sindicalismo, particularmente os das regiões coloniais do RS, SC e PR e os dos municípios próximos da Transamazônica no Pará (Favareto, 2001). Esse aumento da importância dos pequenos produtores no interior

do sindicalismo aparentemente esteve relacionado ao seu crescimento político nas estruturas sindicais. Na CUT, por exemplo, desde sua fundação existiu uma secretaria “dos rurais” (formada basicamente por “pequenos produtores”), no final dos anos 1980 essa secretaria foi transformada no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) e foram organizados departamentos semelhantes nos estados (DETRs), aumentando a importância dos pequenos produtores no interior da Central.

O “agricultor familiar” como personagem político

Desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, esse processo de emergência dos pequenos produtores na cena política passou a ganhar novos contornos, com a formação da identidade política de *agricultor familiar*, identidade que passou a ser usada por boa parte do sindicalismo rural. Para Medeiros (2001), a afirmação da identidade de agricultor familiar, relaciona-se (além do aumento da importância dos “pequenos produtores” no interior do sindicalismo, já destacada) à reivindicação destes agricultores por um “novo modelo de desenvolvimento” centrado na agricultura familiar; ao aumento do debate intelectual sobre a temática; às atividades de formação e intercâmbios com países europeus visando conhecer suas experiências (promovidas pela Igreja e por ONGs européias); e à criação de políticas públicas específicas como o PRONAF.

Para além destes elementos, segundo avaliação de Neves (2007), o tema da “agricultura familiar” se firmou no meio acadêmico no final dos anos 80 e início dos anos 90 quando um grupo de pesquisadores do Pipsa (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura) passou a discutir a temática e, principalmente, quando foi organizada, por Sônia Bergamasco e Maria Nazareth Wanderley, uma edição especial da Revista Reforma Agrária (v.25, n.2/3,1995) dedicaram ao tema.¹⁴ Além dessa consolidação da temática na academia, Neves (2005) também chama atenção para a importância que os debates sobre um novo modelo de desenvolvimento e sobre a redefinição dos serviços de assistência técnica e extensão rural – que passavam por uma crise de método e função (devido ao esgotamento dos métodos “difusionistas” usados durante a “modernização da agricultura”) e institucional (com a extinção da Embrater em 1990) – tiveram para construir a categoria “sócio-profissional” dos “agricultores

¹⁴ Nessa época também tiveram forte repercussão alguns outros trabalhos sobre a temática, tais como: Abramovay (1992/1998), Lamarche (1993), Bergamasco (1995); Wanderley (1996), entre outros.

familiares”.¹⁵ Para esta autora além dos esforços das organizações de representação de agricultores foi determinante a atuação de outros mediadores, como ONGs e órgãos de assistência técnica, na formação dessa nova categoria e no pensar um novo lugar social. Em suma, “o *agricultor familiar* se apresenta como um agente social em gestação, capaz de corresponder a diferenciadas expectativas, agora vinculadas a novos modelos criados para reafirmar outros processos de modernização social” (Neves, 2005, p.72).

Nesse sentido, a ação de mediadores técnico-políticos teve papel central na ressignificação do sujeito social colono e/ou pequeno produtor em “agricultor familiar”. A ação de mediadores religiosos e técnicos ligados a ONGs e a universidades é apontada pela literatura como fundamental na definição dos projetos e das identidades políticas das organizações de agricultores. Em alguns casos, como destaca Neves (2008, p.13), alguns mediadores “conferem o reconhecimento de existência social a certos grupos” ou dão suporte para estes se fazerem. No caso dos agricultores de base familiar do RS aparenta ter sido importante a mediação do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e da CPT ligados a Igreja Católica, do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) ligado a Igreja Luterana, do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) criado pela CUT rural na região Sul, da Universidade do Noroeste do RS (Unijuí), entre outros.

A existência desse conjunto de mediadores por si só já evidencia que a construção da categoria agricultura familiar não foi uma invenção isolada do sindicalismo, mas sim uma construção coletiva, mediada ou assessorada, por diferentes organizações que emprestaram seus diferentes capitais para consolidar esta categoria política. Nesse sentido, o processo de formação da identidade e do projeto da agricultura familiar no RS teve “várias mãos” e constitui-se como uma junção de esforços de diferentes organizações que realizaram vários estudos e experiências de organização

¹⁵ Concordando com a avaliação de Neves (2005; 2007), compreende-se que a categoria “agricultura familiar” deve ser vista como uma categoria de ação política construída, uma identidade política, que carrega um projeto de porvir e não como um conceito teórico/analítico. Nesse sentido, para Neves (2007, p.17), “politicamente o termo (agricultor familiar) ganha eficácia, razão pela qual deve se tornar objeto de tantas mais consagrações políticas. E a tal ponto que, *em termos analíticos*, pode-se perguntar: - o que se ganha ao identificar agricultores como familiares? Ora, na maior parte das vezes, os traços constitutivos dos agentes produtivos rubricados como *agricultores familiares* não se encontram na agricultura nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica. Nos termos desses emaranhados de sentidos, advogo eu, *agricultor familiar* é categoria sócio-profissional e jamais pode ser compreendida como estado, pois que não tem sentido em si mesma, salvo se se acolhem as reificações que lhe dão o estatuto de termo de mobilização política. Da mesma forma, deve ser compreendido como resultado de trajetórias diferentes daqueles que, por diversos interesses, querem assim ser socialmente reconhecidos.”

socioeconômicas e de tecnologias alternativas na agricultura e que, em seu conjunto, convergiram para a formação do que se chamou de “projeto alternativo de desenvolvimento rural”.¹⁶ Esse projeto, entendido como um conjunto amplo de orientações que procurou centralmente pensar a viabilidade da “agricultura familiar” através do rompimento com o modelo implantado com modernização da agricultura, criações de novas possibilidades de inserção dos “agricultores familiares”, resgate de algumas formas tradicionais de produzir e inserir preocupações ambientais nas práticas agropecuárias.

A ação desse conjunto de atores, inter-relacionada com as experiências anteriores de organização socioeconômicas e políticas dos colonos ou pequenos produtores, foi capaz de articular uma “rede” de pequenos grupos de indivíduos dispostos a experimentarem novas práticas produtivas e de organizações sócio-política. Com a articulação desta rede, constitui-se um “movimento” para promover a valorização da pequena agricultura nas regiões coloniais da região Sul. Segundo define Melucci (1989, p.61), “a situação normal do ‘movimento’ é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da *inovação cultural*” (grifo nosso, ELP). Então, dessa forma, o conjunto de ações promovidas pelos “pequenos grupos” de colonos, assessoradas por organizações que promoviam o desenvolvimento de conhecimentos técnicos conseguiu produzir algumas “inovações culturais”. Dentre elas, a mais importante, foi a ressignificação cultural da agricultura praticada pelos colonos, que passou a ser chamada de *agricultura familiar*. Com essa inovação novas possibilidades se abriram, pois estava emergindo uma nova forma de conceber os agricultores familiares.

As experiências desenvolvidas pelos agricultores familiares do Sul do Brasil tiveram forte influência na conformação da nova identidade (agricultor familiar) e o projeto a ela associado. Normalmente a literatura destaca essa importância remetendo às

¹⁶ A idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural baseado na “agricultura familiar” começou a ser construído no início da década de 90. Nesse período já eram apresentados alguns indicativos do que seria esse projeto de viabilização da “agricultura familiar”, a saber: a) construir um novo modelo tecnológico que leve em conta as questões sociais e ecológicas da produção agrícola; b) novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento da produção e abastecimento; c) reforma agrária enquanto instrumento para transformação do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira; d) política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor; e) pesquisa e extensão rural voltados para o interesse dos trabalhadores; f) construir as bases culturais de um desenvolvimento alternativo, resgatando valores como a solidariedade, a cooperação e estabelecendo uma nova relação homem-natureza (DETR-RS, 1993, p.14-17).

experiências que o sindicalismo rural da CUT e os demais atores surgidos desde o final dos anos 70 tiveram no desenvolvimento de novas organizações socioeconômicas (cooperativas de produção, associações de cooperação agrícola, comunidades eclesiais de base, experimentação de tecnologias alternativas, etc.) e ao seu pioneirismo na construção de uma proposta de projeto de “desenvolvimento rural alternativo”. Entretanto, essa leitura aparenta captar apenas parcialmente as experiências dos agricultores que deram origem a este projeto e esta identidade, uma vez que estas experiências são resultado de um processo bem mais longo de experimentação histórica de segmentos sociais, como os colonos. Assim, a gênese da categoria “agricultura familiar” no RS deve ser buscada também nas experiências sócio-culturais, de produção agropecuária e organização política dos agricultores descendentes de colonos e outros segmentos, iniciada ainda no século XIX e que foram se constituindo num segmento de pequenos agricultores e experienciando um modelo de agricultura próprio. Obviamente que estes agricultores e o formato de agricultura que foram constituindo transformaram-se no decorrer de suas trajetórias, sofrendo rupturas (principalmente com a modernização da agricultura), entretanto, o lugar social que o projeto da agricultura familiar busca alcançar na sociedade nacional atual ainda guarda alguns fios de continuidade com o projeto inicial de formação de colônias agrícolas no Sul do Brasil, quando se almejava formar um segmento de agricultores para abastecer o mercado interno de alimentos. Um dos principais pontos do projeto construído pelas organizações de agricultores familiares da atualidade é serem reconhecidos por produzirem alimentos para o mercado interno (podendo ser associado a uma atualização da “missão histórica” que foi atribuída aos colonos no século XIX e início do XX).

Nesse sentido, a identidade política de agricultor familiar que foi construída pelo setor rural da CUT e pela CONTAG pode, através de uma nova síntese de outras identidades anteriores, propor uma identificação nacional para o segmento dos pequenos produtores, uma nova identificação que embutiu em seu projeto a valorização dos agricultores familiares no cenário nacional. Segundo Favareto dois argumentos foram associados a esta mudança de construção de identidade no sindicalismo:

a necessidade de dar maior visibilidade e de tratar afirmativamente a diversidade de segmentos que compõem o rural, numa crítica a generalidade da categoria “trabalhador rural”, e a busca de um conteúdo mais propositivo, discutindo e propondo um projeto, e não medidas pontuais (2001, p.112).

Entretanto, se a ação das organizações de agricultores, das suas assessorias e o apoio de trabalhos acadêmicos tiveram papel central para a emergência da identidade política “propositiva” de agricultor familiar, o Estado também deu respostas decisivas a esta proposta. Dentre outras demandas apresentadas por atores do campo, como a dos “sem terra” que reivindicavam uma reforma ampla da estrutura agrária, o Estado optou por dar respostas favoráveis à afirmação dos pequenos produtores, agora travestidos de “agricultores familiares”. Constituiu-se como importante neste processo de reconhecimento dos agricultores familiares pelo Estado a definição de um “princípio de política agrícola diferenciado” previsto na Lei Agrícola (Lei n. 8.171) de 1991, “remetendo ao chamado pequeno produtor o destinatário primordial desta diferenciação” (Delgado, 1994, p.11). Como consequência dessa intenção de diferenciação, em meados dos anos 90, o governo federal encomendou o estudo FAO/INCRA (1994) que classificou o setor agropecuário brasileiro em dois formatos de agricultura: patronal e familiar. Sendo que o segmento da agricultura familiar, definido por este estudo, foi classificado em diferentes categorias (tipos) de agricultores, diferenciação que também apontou para o fortalecimento de algumas categorias em detrimento de outras. Então, o Estado passou a fomentar alguns segmentos de agricultores familiares – principalmente, aqueles que poderiam dar retorno econômico em forma de produção – com políticas públicas diferenciadas, como o PRONAF, criado em 1996. Além disso, deve-se ter presente que a categoria agricultura familiar foi formada como produto de uma conjunção de esforços das organizações de representação (CONTAG e DNTR/CUT), de mediadores sociais e das políticas públicas favoráveis a esta nova categoria. Seguindo estas orientações, tornaram-se “agricultores familiares” aqueles indivíduos que passaram a querer ser assim reconhecidos ou aqueles que desejaram acessar as políticas destinadas para a categoria e tiveram que assim se apresentar para consegui-las. Dessa forma, tanto as opções das organizações quanto as políticas públicas induziram ao enquadramento e a identificação nessa categoria “sócio-profissional” (Neves, 2007).

A lógica de seleção de demandas sociais pelo Estado merece atenção para compreender este caso. Segundo Offe (1984), o Estado devido aos complexos interesses que o cercam age numa lógica de *seletividade* de demandas dos grupos sociais. Entende-se por seletividade o desempenho das instituições políticas no processo decisório de políticas públicas, agindo como um sistema de filtros, de modo a incluir ou a excluir de suas agendas atos concretos por injunções estruturais, ideológicas, processuais e

repressivas. Nessa ótica, a seletividade do Estado é a “restrição não-aleatória (isto é, sistemática) de um espaço de possibilidades” (Offe, 1984, p.151), ligada ao jogo de poder e interesses, determinando o enquadramento (e as possíveis formas em que ele poderia ocorrer) de uma questão no âmbito do pensável politicamente.

As ações do Estado em prol dos agricultores familiares são indicativas de um certo reconhecimento das demandas apresentadas pelas organizações de agricultores, não exatamente nos termos das suas reivindicações, mas através de redefinições impostas pela diversidade e complexidade de interesses presentes. Nesse sentido, a ação do Estado em resposta às demandas das organizações de agricultores se constitui como fundamental para o seu reconhecimento ante outros atores que também apresentavam demandas e se traduz em políticas públicas específicas para esta categoria social (iniciado com o PRONAF e reforçado com outras políticas mais recentes, tais como: programa de habitação rural da agricultura familiar; programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar; política nacional de assistência técnica e extensão rural; política de apoio as agroindústrias familiares; política de sócioeconomia solidária; “Plano Safra Mais Alimentos da Agricultura Familiar”; entre outros), pela reversão das valorações negativas, pelo fortalecimento de organizações de representação (FETRAF e CONTAG) e pela promulgação da Lei da Agricultura Familiar (2006). Dessa forma, além do reconhecimento ser produto da luta política dos atores que se reivindicam como representante dos agricultores familiares, este também se deve a seleção deste segmento pelo Estado para conceder políticas públicas em detrimento de outros atores sociais concorrentes e outras identidades (como os “sem terra”).

As principais organizações que construíram a identidade política de agricultor familiar foram a CONTAG e o DNTR/CUT (FETRAF). Na CONTAG, aparentemente, ocorreu um processo de redefinição da identidade política dos pequenos produtores (ou também chamados de “trabalhadores rurais”) em agricultores familiares e um aumento de sua importância política no interior da estrutura sindical em detrimento dos assalariados rurais. Essa mudança de identidade aparenta não ter causado grandes mudanças estruturais na FETAG-RS, pois em seus documentos esta faz uso da identidade de “agricultor familiar” para se referir aos agricultores de sua base (que antes chamava de “pequenos produtores”), ao passo que faz uso da categoria “assalariados rurais” para se referir aos assalariados. Entretanto, continua usando a identidade de “trabalhador rural” para se referir ao conjunto de sua base (agricultores familiares + assalariados rurais).

No setor rural da CUT, o processo foi bem mais complexo, pois se num primeiro momento boa parte dos cutistas acompanham a CONTAG (em 1995 a CONTAG se filiou na CUT e os setores cutistas rurais entraram na estrutura da CONTAG), na segunda metade dos anos 90 alguns setores da CUT tomaram caminhos diversos da CONTAG e inclusive romperam com esta última, passando a construir um sindicalismo específico dos agricultores familiares. No estado de Santa Catarina, o sindicalismo cutista no campo nem chegou a compor a estrutura da CONTAG por divergências com a FETAESC (federação oficial no estado) tendo vindo a constituir autonomamente a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina (FETRAFESC), em 1997. Acompanhando este processo de formação de uma nova estrutura organizativa específica dos agricultores familiares foi formado no âmbito da região Sul, em 1999, a Frente Sul da Agricultura Familiar, como uma organização promotora da agricultura familiar (articulava sindicatos, cooperativas e ONGs). Seguindo estas experiências e selando um rompimento definitivo com a CONTAG, em 2001, durante a realização do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar, fundou-se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), como uma organização sindical da agricultura familiar da região, com vinculação cutista. Como resultado deste processo de organização no Sul e em outras regiões brasileiras, o maior ato de construção deste *sindicalismo da agricultura familiar* se deu com a criação da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-Brasil), no ano de 2005. Ou seja, a incorporação da identidade de “agricultor familiar” pelo sindicalismo cutista no campo acabou dando base para que este constituísse uma estrutura sindical própria e paralela à CONTAG, gerando uma situação de concorrência entre estas duas estruturas sindicais.

As disputas entre os atores representantes de grupos de agricultores e as identidades políticas que usam para identificar as bases podem ser associadas ao que Bourdieu chama de “campo político”. “O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (2007, p.185). Ou seja, o *campo político* é formado pelos atores políticos que lutam entre si para obter o respaldo de *falar e de agir em nome* de um grupo social inteiro ou uma parte dele.

No caso dos agricultores de base familiar no RS atualmente existem quatro grandes atores disputando a representação política e a nomeação (identidade) dos

agricultores. A FETRAF e a FETAG têm utilizado a identidade de agricultor familiar, porém, disputam entre si para falar em nome dos agricultores familiares pelos canais sindicais. Enquanto a FETAG se constitui como a estrutura sindical estadual oficialmente reconhecida pelo Estado para representar os agricultores familiares e os assalariados rurais do RS, a FETRAF vem se constituindo através da disputa dos sindicatos da base da FETAG, além de formar novas estruturas sindicais por fora da legislação como os sindicatos regionais de agricultores familiares (visando articular sindicatos regionais mais fortes em áreas de pequenos municípios) e associações de agricultores familiares (onde não consegue conquistar os sindicatos). Além dessa disputa de base social, estas duas organizações sindicais também têm relações políticas distintas que podem caracterizar diferentes projetos políticos: a FETAG faz parte da estrutura nacional da CONTAG e está filiada a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), enquanto a FETRAF mantém uma estrutura regional (FETRAF-Sul) e uma estrutura nacional (FETRAF-Brasil) e está filiada a CUT. As disputas que ocorrem no âmbito estadual também se dão em termos semelhantes em nível nacional entre a CONTAG e a FETRAF-Brasil (inclusive com a desfiliação da CONTAG da CUT no seu último Congresso em março de 2009).

Além dessa disputa entre FETAG/CONTAG e FETRAF/CUT pela representação dos agricultores familiares, também concorre com estes atores um conjunto de outros atores que formam a seção brasileira da Via Campesina e constroem a identidade política de “camponês”. A Via Campesina é uma articulação internacional de movimentos camponeses que procura trabalhar de forma coordenada pautas do interesses dos camponeses em nível global. No Brasil, desde final dos anos 90, o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)¹⁷ formaram a seção brasileira da Via Campesina e desde então passaram a construir pautas, ações e a identidade política de “camponês” em conjunto.

Os defensores da identidade política de agricultor familiar têm procurado se apoiar na tese de que são os agricultores familiares que produzem a maior parte dos alimentos para o consumo interno, que são eficientes e modernos e têm procurado desenvolver o que chamam de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural” frente

¹⁷ O MAB foi formado em 1990 como uma organização nacional de atingidos por barragens. É herdeiro do CRAB e outros movimentos regionais. O MMC foi formado em 2003 como uma organização nacional de mulheres camponesas. É herdeiro do MMTR e de outros movimentos de regionais. E o MPA surgiu em 1996 como uma dissidência do sindicalismo cutista na região Sul e tem se expandido para outros estados.

ao modelo das grandes explorações agropecuárias. Os promotores da identidade de camponês têm procurado se basear na defesa da biodiversidade, das sementes, das culturas tradicionais em contraponto as empresas transnacionais que atuam na agropecuária e as sementes geneticamente modificadas (transgênicos) e têm proposto um modelo de agricultura que chamam de “via camponesa” (agroecologia) em contraposição ao modelo das grandes empresas capitalistas (agronegócio). Obviamente que estas são as bandeiras que mais são destacados pelos atores para se diferenciar na luta política, não existindo, entretanto, uma linha divisória rígida entre as de um e as outro. Porém, mesmo que estas pautas não são incompatíveis, correspondem a propostas políticas distintas que apontam para campos de alianças e de oposições diferenciados.

De outra parte, ainda existe uma disputa de todos estes atores e identidades com as organizações patronais (a FARSUL no RS e a Confederação Nacional da Agricultura – CNA em nível nacional) que procuram trabalhar com a identidade de “produtor rural” e que, em muitos casos, é estendida para todos os agricultores, sejam eles pequenos ou grandes. Nessa disputa, conforma-se uma situação de polarização entre as organizações de agricultores de base familiar (mesmo com suas diferenças) com as patronais. Uma disputa de projeto de agricultura que contrapõe os “familiares” (sejam eles da FETAG, da FETRAF ou da Via Campesina) com os “patronais”. Obviamente que existem distintos graus de enfrentamento entre as diferentes organizações de “familiares” com os “patronais”, entretanto, todas eles afirmam contrapõem-se em alguma medida ao modelo de agricultura centrado em grandes explorações, altamente especializado e voltado para o mercado exterior.

Essa situação atual de forte disputa pela representação dos agricultores de base familiar não é nova, tendo em vista as disputas do passado. Entretanto, o que aparenta ser uma novidade é o reconhecimento alcançado pelo sujeito político *agricultor familiar* no período recente, mesmo diante da disputa com outros sujeitos e identidades políticas concorrentes no campo político. Dessa forma, mesmo que esta identidade esteja concorrendo com outras, o que se constata é que ela tem se afirmado desde meados dos anos 90 e tem recebido reconhecimento social e político crescente.

Considerações finais

Como se procurou mostrar nesse artigo, o processo de formação da identidade política de “agricultor familiar” no Brasil não criou um personagem social novo (apesar

de ter produzido uma nova identidade), mas contribuiu fortemente para reposicionar um segmento social de pequenos produtores já existente (com uma longa trajetória de experiência organizativa em algumas regiões, como a dos “colonos” no Sul). As principais novidades trazidas por esta identidade parece ter sido a possibilidade de as organizações de representação poderem tratar de forma mais afirmativa esse segmento de agricultores, procurar reconhecê-los como os “grandes” produtores de alimentos para os brasileiros, conquistar políticas públicas de estímulo, reverter as valorações negativas que lhes eram atribuídas e, dessa forma, pensar novas possibilidades para este segmento de agricultores na sociedade nacional.

Essa nova condição, não é uma conquista apenas do período recente, mas uma construção de longo prazo, de experiências produtivas, culturais e sócio-políticas construídas. O mérito do período recente é que se gestou um conjunto de atores (conflitantes entre si em alguns momentos), mas que em seu conjunto conseguiram produzir um “movimento” em prol da afirmação de um modelo de agricultura relativamente autônoma às grandes explorações. Um movimento que transcende as organizações específicas. Esse movimento em prol da “agricultura familiar” recebeu certo apoio da academia e de mediadores sociais e foi capaz de alcançar algumas políticas de estímulo do Estado. Mesmo que alguns atores nos últimos anos tenham optado por estruturas organizativas distintas (e até mesmo identidades, como a de “camponês” usada pelos membros da Via Campesina), mantêm alguns fios de cooperação na luta pela construção de alternativas frente às grandes explorações capitalistas e/ou latifúndios. Ainda que se reconheça que se constituiu um campo político pela disputa da representação dos agricultores de base familiar, pode-se afirmar que existe uma certa polarização entre o que se pode chamar genericamente de atores do campo “familiar” e atores do campo “patronal”.

Nesse processo, particularmente as organizações de representação que assumem a identidade de “agricultor familiar” tiveram papel fundamental na consolidação de um “modelo” de agricultura “familiar” contraposto ao “modelo” de agricultura “patronal”. O modelo familiar é construído na relação com o patronal para afirmar o primeiro, tendo em vista a sua histórica desvalorização e invisibilidade e, buscando, alcançar maior reconhecimento da sua importância na sociedade e no Estado. Reconhecimento por ocupar boa parte da força de trabalho na agricultura, por ser eficiente na produção e, principalmente, por ser responsável por grande parte da produção de alimentos para o

consumo interno brasileiro. Esses méritos do modelo familiar são levantados pelas organizações de representação para procurar contrapor simbolicamente os méritos atribuídos aos grandes produtores de *commodities* pelos resultados econômicos que alcançam com as exportações (que tem permitido saldos positivos na balança comercial brasileira nos últimos anos). Numa luta simbólica os agricultores familiares afirmam que são os responsáveis pela alimentação do “povo brasileiro” e que os grandes produtores agrícolas só têm interesse em produzir para exportação, para ganhar dinheiro, sem preocupação com a alimentação dos brasileiros.

A relativa consolidação da identidade de “agricultor familiar” e do projeto (modelo) a ela associado além de ter propiciado certo reconhecimento a este segmento social, tem permitido a oportunidade histórica de estar desafiando o modelo patronal numa luta sócio-política sobre qual é o melhor modelo de organização da agropecuária no País. Nesse sentido, os “agricultores familiares” entraram na história.

Bibliografia citada

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª ed. Campinas: Hucitec, 1998.
- BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: Eduel; Canoas: Editora da ULBRA, 2009.
- BERGAMASCO, Sônia M. P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD. *Revista Reforma Agrária*, n.2/3, v.25, 1995, pp.167-177.
- BOTH DA SILVA, Marcio A. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850/1900*. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *O poder simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRUM, A. J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BRUMER, Anita *et al.* A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira Editora, 1976.
- _____. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHIARINI, A. M. *Imigrantes e italianos all'estero: os diferentes caminhos da italianidade em São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- COLOGNESE, Silvio A. *A produção da representação sindical*. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 1991.

CONTAG. *Documento base – 10º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*. Brasília: CONTAG, 2009.

DELGADO, Guilherme. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. *Reforma agrária*, v. 24, n. 3, 1994.

DETR/CUT-RS. *II Congresso Estadual: organizando a produção e construindo um novo sindicalismo*. Passo Fundo, 1993 (mimeo).

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Itaguaí: CPDA/UFRRJ, 1984 (Dissertação de Mestrado)

ERTZOGUE, Maria H. *Formação dos sindicatos agrícola no Rio Grande do Sul durante a 1ª fase do governo Borges de Medeiros (1905-1909)*. Porto Alegre: PUC-RS (Dissertação de Mestrado), 1992.

FAG. *Queremos ser gente: um movimento de agricultores cristãos*. Porto Alegre: FAG, 1977.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrícola e desenvolvimento sustentável*. Versão resumida do Relatório Final do Projeto - UTF/BRA/036, 1994.

FAVARETO, Arilson. S. *Agricultores, trabalhadores: estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT*. Campinas: UNICAMP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

FETAG-RS. *FETAG/RS 1963-2003: a força da mobilização consolidada no tempo*. Porto Alegre: FETAG, 2003.

FETRAF-SUL. A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento. *Semear em revista: semente do novo sindicalismo*, n. 2, mar 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José (coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LAMARCHE, Hughes (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993 (vol. 1 – Uma realidade multiforme).

MADURO, Acácia M. R. *A prática sindical da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 1990.

MARTINS, José S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MEDEIROS, Leonilde S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas: Unicamp, 1995 (Tese Doutorado).

_____. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MENASCHE, Renata. *Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança – o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (Dissertação de Mestrado) 1996.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua nova*, n. 17, jun 1989.

- MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana, *Perspectiva econômica*, v.23, n.61, 1988 (Serie cooperativismo, n.23).
- MOORE JR, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NEAD/MDA; FIPE/USP. *PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar*. 2004 Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: nov 2005.
- NEVES, Delma P. Campesinato e reenquadramento sociais: os ‘agricultores familiares em cena’. *Revista Nera*, Ano 8, n. 7, pp. 68-93, 2005.
- _____. *Agricultura familiar: quantos ancoradouros!* Presidente Prudente: Nera/Unesp, 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em: 23 maio, 2009.
- _____. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008 (no prelo).
- NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PESAVENTO, Sandra. J. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: a representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969(v.1).
- SCHALLENBERGER, Erneldo. *Associativismo e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil*. Cascavel: Editora Unioeste, 2007 (no prelo).
- SCHMITT, Cláudia Job. *O tempo do acampamento: a construção da identidade política do “colono sem-terra”*. Porto Alegre: UFRGS. 1992 (Dissertação de Mestrado).
- _____. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região serrana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS (Tese), 2001.
- TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris, Armand Colin, 1973.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (v.1).
- WANDERLEY, Maria N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. 20º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996. (Digitado).
- _____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Revista Desenvolvimento e meio ambiente*, n. 2, 2000.
- ZARTH, P. A. *História agrária do Planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.